

Como o pacote poderá atingir suas finanças

ESTADO

254
**Governo já deixou
vazar muitas
medidas até para dar
algum sinal ao mercado**

REGINA PITOSCIA
e ROSANGELA DOLIS

Nesta semana, o governo deve divulgar um novo pacote de medidas econômicas, visando a obter um equilíbrio para suas finanças, com cortes de despesas e aumento de receitas. Pelo que vazou até agora, a maioria das medidas deve ter amplo impacto nas finanças pessoais. A expectativa é que teremos de atravessar tempos bichudos. A carga com impostos e contribuições deve ficar mais pesada, o orçamento, mais curto e o emprego, mais escasso (ver quadro ao lado).

O provável aumento da CPMF, na opinião do economista do Lloyds Bank, Adauto Lima, alcança muita gente ao beliscar todo o dinheiro que sai da conta corrente. Além disso, poderá ser uma pres-



ção a mais para aumentar o desemprego. A elevação da alíquota eleva custos, e como, com a recessão, as empresas tendem a ter dificuldades para repassar esses custos aos preços, a saída será enxugar outras despesas, como as de mão-de-obra.

Uma dificuldade do governo é que muitas das medidas precisam ser aprovadas pelo Congresso. Aí, Jorge Henrique Zaninetti, gerente da área de Consultoria Tributária da Deloitte Touche Tohmatsu, lembra que o governo tem de ser rápido nas negociações e aprovar aumentos de impostos até o fim do ano, para que eles vigorem em 1999. Para Francisco de Assis Moura de Mello, presidente da Marka Nikko Asset Management, diante dos efeitos recessivos, o pacote só será sustentável se proporcionar queda abrupta dos juros.

Fábio Akira, economista da consultoria Tendências, prevê que o primeiro semestre de 99 será ruim. Por isso, a mesma estratégia do governo de cortar gastos deverá ser aplicada em casa, com um "ajuste" no orçamento doméstico.

IOF

Sempre que se fala em aumento de imposto, surge como opção o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Isso porque qualquer mexida na alíquota entra em vigor de imediato, ou seja, o imposto não está sujeito ao princípio da anterioridade, pelo qual o aumento de um imposto só entra em vigor no ano seguinte ao de sua aprovação. Assim, o IOF é a forma mais rápida de o governo poder incrementar suas receitas.

Hoje o IOF para pessoas físicas está em 6% (chegou a 15%) e

o de pessoa jurídica, em 1,5%, podendo subir para 6%. É possível que o IOF para pessoa física não seja alterado.

O problema é que o aumento do IOF agora serviria para engordar ainda mais os encargos que já são altos para os consumidores. A medida, portanto, poderia diminuir ainda mais as vendas financiadas e agravar a recessão.

Por isso, há quem acredite que, se houver algum aumento na alíquota do IOF, será apenas para a pessoa jurídica.

VIAGEM

A forte saída de dólares do País, desde o fim de agosto, levou o mercado a acreditar que o governo adotaria restrições para evitar perda de reservas. Por isso, falou-se na criação de uma taxa sobre a aquisição de passagem aérea internacional e a compra de moeda estrangeira e redução no limite de compra no exterior com isenção de imposto, que hoje é de US\$ 500. Medidas que desestimulariam o gasto de dólares. Mas há quem argumente que a cobrança de taxa sobre a compra de moeda poderia dar gás para o paralelo, o que tende a tornar inviável essa proposta.

CARTÃO

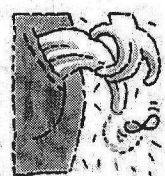
Uma outra medida para inibir gastos em dólares seria a elevação do IOF, de 2% para 10%, sobre a remessa das administradoras de cartões de crédito ao exterior para cobrir gastos feitos por seus associados. Como essa despesa é repassada ao consumidor, haveria um acréscimo nas despesas internacionais com cartão. Isso atinge tanto as compras feitas diretamente no exterior como aquelas feitas a partir do Brasil, como a importação de bens. Em vez de elevar a alíquota desse imposto, o governo pode também encontrar uma outra forma de taxar compras no exterior com cartão.



Ao que tudo indica, não deve haver aumento de alíquota do Imposto de Renda na fonte, mas a manutenção dos 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1,8 mil. Essa alíquota valeria até o fim de 1999 e deveria ser prorrogada.

Não está descartada uma elevação na alíquota de imposto sobre ganho de capital sobre o lucro tributável obtido com a venda de bens. Essa alíquota, que hoje é de 15%, poderá chegar a 20%.

Uma outra medida, essa menos



Entre os recursos para aumentar a receita, a equipe econômica trabalha com a possibilidade de elevar a alíquota de contribuição do funcionário público à Previdência Social, que pode passar dos atuais 11% para até 15% do salário. Pela Constituição, há um prazo de 90 dias para que a mudança entre em vigor. Para que isso ocorra a partir de janeiro, como pretende o governo, será preciso uma emenda constitucional para alterar o critério atual.

IMPOSTO DE RENDA

provável, seria a tributação de grandes fortunas, com alíquota de 0,1% a 0,7% sobre patrimônios acima de R\$ 4 milhões.

Mas especialistas sustentam que esse tende a ser um imposto inócuo, de fácil sonegação. Acredita-se que o governo, se encaminhar a proposta, o fará mais do ponto de vista político, ou seja, para dar a ideia de que os ricos também estão pagando a conta do ajuste e não apenas a classe média. Esse imposto não seria para já: passaria pelo Congresso, por meio do encaminhamento do projeto que já tramita na Câmara.

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Não fica descartada a possibilidade de ocorrer demissões, se o governo passar a seguir a Lei Camata, que prevê o comprometimento máximo de 60% da receita líquida com a folha de salários, a partir de 31 de dezembro.

Para servidores aposentados, é cogitada a possibilidade de imposição da cobrança de contribuição previdenciária e, ainda, a criação de um empréstimo compulsório para parcelas que superarem R\$ 5 mil do benefício. Mas há quem acredite que esta condição seria colocada no pacote apenas como forma de negociação.

MUDANÇAS EM ESTUDO

CPMF

Alíquota pode subir de 0,20% para 0,35%

Imposto de Renda

Alíquota de 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1,8 mil, que retornaria para 25% em dezembro de 1999, deve ser mantida; alíquota de 15% sobre ganho de capital pode subir para 20%

Cofins

Bancos podem ficar sujeitos a essa contribuição, o que tende a elevar tarifas ou taxas de juros nos financiamentos para o correntista

Aposentadoria

Aprovação rápida da reforma, em novembro, e regulamentação de mudanças que restringem a concessão do benefício

Viagem

Pode ser criada taxa sobre a compra de passagens aéreas internacionais

IPI

Pode ser elevado na venda de fumo e bebidas

Combustível

É possível a cobrança de um imposto de 10% sobre o consumo

Importados

Imposto pode subir na compra de produtos vindos de fora

Inativos

Governo pode propor a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do setor público, com alíquota de 11% a 15% ou até 20%

Funcionário público

Alíquota de contribuição à Previdência deve subir de 11% para até 15%. Quadro pode ficar sujeito a demissões quando folha de pagamento da União, Estado ou município exceder 60% da receita líquida. Poderá ser acelerada a regulamentação da reforma administrativa, pela qual as contratações seguiriam as normas do setor privado, com perda de aposentadoria integral

IOF

Pode subir de 2% para 10% imposto sobre despesas com cartão de crédito no exterior

Emprego

Medidas podem ser adotadas para desregular a lei trabalhista e para amenizar os efeitos do desemprego, como o pagamento de um benefício a quem ficar desempregado por mais de 12 meses

Cerco ao contribuinte

Governo deve fechar brechas legais que permitem a redução de impostos, em especial para pessoas jurídicas; e instituir mecanismos que permitam incrementar a fiscalização do recolhimento de impostos e contribuições

APOSENTADORIA



A primeira reforma a ser acelerada por conta da crise econômica será a da Previdência Social. As principais mudanças serão:

● **Troca do tempo de serviço pelo tempo de contribuição:** para aposentar-se, o homem deverá comprovar 35 anos de contribuição e a mulher, 30 anos. O segurado poderá optar por esse critério ou pela regra de transição, que prevê acréscimo de 20% no tempo que falta para requerer o benefício pelo critério atual e exigência de idade

mínima de 53 anos, homem, e 30 anos, mulher.

● **Aposentadoria proporcional:** extinta para quem ingressar na Previdência a partir da data de publicação da reforma. Para quem contribui, haverá acréscimo de 40% no tempo restante para o benefício no sistema atual e comprovação de idade mínima de 53 anos, homem, ou 48 anos, mulher.

● **Professor:** apenas os de educação básica e do ensino médio terão direito ao benefício especial.

● **Critério de cálculo:** cai a apuração do benefício com base nos 36 últimos meses de contribuição.

OUTRAS MEDIDAS



Para aumentar a receita, o governo poderá elevar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre fumo e bebidas. Como resultado, o consumidor pagaria mais por esses itens.

Poderá ser criado também o imposto sobre consumo de combustíveis e energia elétrica, com alíquota de 10%, a partir de janeiro. O óleo diesel estaria isento.

Para reverter os déficits da balança comercial, o governo poderá elevar as alíquotas de importação, tornando mais caros produtos im-

portados, e dificultar o crédito para essa finalidade.

● **Cortes:** o equilíbrio das contas está sendo feito também com o corte de despesas. Pode haver extinção dos incentivos fiscais, como os concedidos ao Nordeste e à Zona Franca de Manaus, e suspensão dos repasses voluntários aos Estados e municípios.

● **Sonegação:** a cobrança de débitos das empresas com a União deverá ser intensificada. Além disso, informações das empresas sobre folha de pagamento, para fins de recolhimento do INSS, poderão ser cruzadas com dados do FGTS, para checagem.

EMPRESAS

É possível que o governo passe a exigir o Imposto de Renda sobre o lucro presumido, ou seja, sobre o faturamento, em vez do lucro real, como forma de fechar uma brecha legal que hoje possibilita diminuir encargos.

Os bancos deverão passar a pagar a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) com alíquota de 2%.

Outra possibilidade é o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), que tem alíquota de 18%, para empresas financeiras, e de 8%, não financeiras.

EMPREGO

O governo poderá incluir no pacote algumas medidas na área trabalhista para amenizar os efeitos da crise. Cogitou-se o pagamento do seguro-desemprego aos desempregados há mais de 12 meses; a regulamentação da proposta de suspensão temporária do contrato de trabalho, por três a cinco meses, em período de baixa produção (nesse período, o trabalhador receberia uma ajuda financeira e passaria por curso de qualificação profissional); e a autorização de contratação coletiva de trabalhadores no meio rural, por até quatro meses, com a garantia dos direitos trabalhistas.